



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Metodologia das três fases do Banco da Providência: Estudo de caso sobre o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social

Adriano de Almeida Fogo, PPGMA/UERJ, adrianoforigo@gmail.com

Bianca de Carvalho Pereira Campos, PPGTDS/UFRJ, biancadecarvalho@hotmail.com

Licia Galdino da Cruz, PPGTDS/UFRJ, licia_gc@hotmail.com

RESUMO

O conceito de Tecnologia Social é polissêmico e não apresenta unanimidade entre os autores e agentes que o acionam. Assim, a partir da análise da categoria analítica e da categoria descritiva/normativa, busca-se diferenciar as duas concepções e seus usos práticos. Para tal, foram utilizados alguns referenciais teóricos, análise documental das instituições envolvidas e duas entrevistas. O estudo sobre a Metodologia das Três Fases do Banco da Providência, a partir das noções difundidas pela Fundação Banco do Brasil mostrou que, por se tratar de um conceito em disputa, seu uso tende a expressar os horizontes e perspectivas de seus formuladores e executores.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia Social. Programa de inclusão socioproductivo. Banco da Providência. Fundação Banco do Brasil



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a Metodologia das Três Fases (MTF) do Banco da Providência enquanto uma Tecnologia Social certificada pela 10ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (PFBBS). Assim, busca-se compreender, a partir de um estudo de caso, qual a concepção do conceito de Tecnologia Social impulsionado pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

A FBB é uma importante instituição do terceiro setor no país e ao longo dos anos vem promovendo a difusão de uma ideia sobre Tecnologia Social (TS). No entanto, a concepção sobre TS não é unânime e há polissemia para o conceito. Logo, pretende-se entender qual concepção é acionada pela instituição e o porquê e como se diferencia das proposições formuladas no meio acadêmico.

Por isso, busca-se descrever os principais elementos que definem a MTF. Também, delinear algumas reflexões a partir de diferentes referências sobre Tecnologia Social. Para dar continuidade, faz-se necessário caracterizar o PFBBS e a própria FBB, para compreender o processo de seleção, certificação e premiação da referida MTF.

METODOLOGIA

Este estudo possui uma abordagem metodológica qualitativa. Para tal, foram adotadas: entrevistas semi-estruturadas (MARTINS e THEÓPHILO, 2009) com duas mulheres envolvidas na execução da MTF; análise de documentos das instituições já mencionadas; e uma revisão sobre referências teóricas da TS. Além disso, o texto teve versão prévia apresentada e discutida na disciplina de Teoria Crítica da Tecnologia (TCT) do PPGTDS. Portanto, outras mãos contribuíram, além das nossas.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

DEBATES EM TORNO DO CONCEITO DE TECNOLOGIA SOCIAL

Conforme pode ser verificado na literatura, o conceito de tecnologia social (TS) é polissêmico e não possui uma definição unânime. Diferentes autores(as) se apropriam dessa expressão e lhe dão significados distintos, conforme as práticas que propõem descrever ou analisar a partir dela. As divergências e disputas oriundas dessas clivagens denotam as distintas orientações e intenções políticas balizadoras das práticas de seus atores.

Dagnino (2014) enfatiza a necessidade de precisão teórica e delimitação da esfera analítica e descritiva do conceito de TS. Por isso, o autor explicita a diferença entre o conceito por ele empregado e o uso feito, como expressão, por “atores que vão desde o Walmart e a Rede Globo, passando pelo SESC, a FBB, o ITS, a RTS, até ao próprio Governo Brasileiro” (p. 208). Ele reconhece a forma estreita e radical de sua conceitualização de TS, mas defende sua necessidade para o êxito das reflexões ensejadas pelo conceito. Entretanto, reconhece também a necessidade de transigência com tal concepção, estreita e rigorosa, no momento da ação política e da prática, para não as tornar engessadas (*ibidem*).

Para Dagnino (2014), a noção genérica de tecnologia – que deve ser utilizada para analisar qualquer modo de produção – “deve ser entendida como o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que ele controla e mediante o qual pode obter algum benefício” (p. 208). Também deve existir uma relação direta com o processo de produção de bens e serviços e com a “criação de valor”, pois é nessa esfera que se dá a disputa entre os tipos de economia (Formal e Solidária) e as lógicas societárias às quais estão intrinsecamente associadas (*ibidem*). Assim, o autor justifica e formaliza a restrição do conceito de tecnologia e, conseqüentemente, de TS, conforme elabora a seguir:



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Não considero tecnologias a muitas das metodologias associadas a áreas como a da Educação, ou aos diferentes processos que aborda a Administração. (DAGNINO, 2014, p. 208).

Compartilhamos com o autor o entendimento da necessidade de precisar teoricamente o conceito. Entretanto, cabe colocar uma questão. Se, no bojo das relações capitalistas de produção, cabe ao trabalhador vender a única mercadoria que lhe pertence (seu trabalho), então as metodologias de formação de empreendedores e inclusão no mercado de trabalho formal não poderiam ser compreendidas enquanto tecnologias “como o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que ele controla e mediante o qual pode obter algum benefício” (*ibidem*, p. 28)?

Sobre o sentido do termo “social”, Dagnino (*ibidem*, p. 209) ressalta que este não é o de “incluir os hoje [socialmente] excluídos – os situados no setor informal – no setor formal, onde, se e quando “incluídos” os serão de forma precária e subordinada”. Há um sentido mais radical, onde a TS consiste na tecnologia que irá alavancar empreendimentos solidários autônomos e autogestionados, que dela necessitam.

Ou seja, a definição do autor é específica e restrita – no caso, divergente – do que as definições elaboradas e/ou adotadas por vários atores importantes no campo da TS no Brasil, inclusive pela FBB. De fato, de modo geral, poucas vezes encontramos TS definida com precisão teórica e rigor metodológico que a qualifique como uma categoria analítica. Pode-se dizer, com base em Dagnino (2014), que está aparece mais como expressão do que como um conceito com qualidade heurística.

A seguir trazemos conceitualizações de TS realizadas por outros atores, a começar pela da FBB, conforme consta no edital do PFBBS (FBB, 2021, p. 1):

Tecnologia Social compreende “**produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social**”.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Vemos que a FBB possui uma definição ampla e eclética de TS, o que pode ser verificado no primeiro parágrafo. Nos seguintes, há um desenvolvimento da compreensão do conceito pela exposição de outros conceitos e ideias às quais TS, na concepção agora exposta, se vincula. Porém, os tópicos que se desenvolvem após o primeiro parágrafo continuam circunscritos ao seu campo semântico e as ideias apresentadas não são desenvolvidas. Cabe salientar que a definição usada pela FBB é a da Rede de Tecnologia Social (RTS), conforme consta no Relatório de 6 anos da RTS (2022), disponível no site da FBB.

Conforme aponta Alvear (2009), TS é frequentemente utilizada como um conceito guarda-chuva para análise de processos essencialmente distintos. O autor aponta o caráter vago de definições como a da RTS, que reúnem – sem desenvolver – elementos muito variados. Aponta, também, que não é uma exclusividade da TS proporcionar soluções e transformações sociais. A tecnologia convencional também as promove, muitas vezes com consequências negativas para o conjunto da população.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS) também possui uma definição semelhante à anterior. Para este ator, TS compreende o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL, 2004. p. 26).

É, ademais, uma definição inespecífica, podendo abarcar experiências muito distintas, assim como na definição da RTS. Entretanto, apesar da semelhança, traz elementos novos que a tornam mais situada. Por exemplo, a palavra “apropriada” traz uma conotação de protagonismo e controle das tecnologias por parte das comunidades.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Ela também pode ser associada ao movimento de Tecnologia Apropriada¹, do qual o conceito de TS é legatário. Além disso, menciona explicitamente seu objetivo de inclusão social.

Em relação a essas conceitualizações, aquela desenvolvida por Dagnino (2014) se ocupa em um maior detalhamento dos processos (e saberes, atores, interesses e valores envolvidos) e na forma de produção (tipo de propriedade, controle e apropriação do excedente), do que com a rotulagem de qualquer experiência geradora de um benefício pontual de inclusão social.

Assim, no âmbito da discussão aqui realizada, pode-se falar da existência um polo onde a teoria é preponderante, e outro, voltado para experiências práticas da sociedade civil organizada. O primeiro, vai da formulação do conceito como categoria analítica para a formulação das proposições. O segundo, move-se do conceito formulado como categoria descritiva para a experiência praticada. De um lado, TS emerge como um conceito científico, acadêmico, definido de modo mais rigoroso, refletido e vinculado de modo explícito a programas e concepções teóricas. Do outro, como expressão para designar um conjunto amplo de processos educativos/formativos, metodologias multidimensionais, metodologias participativas, ferramentas, técnicas e tecnologias. As duas formas estão endereçadas ao tratamento de questões diferentes. No primeiro caso, é instrumento teórico-analítico na formulação de proposições, por vezes, utópicas, vinculadas a uma outra formação societária. No segundo, é usada como expressão para designar praticamente qualquer experiência sistemática voltada para a inclusão social. Em cada um, a qualificação 'social' de tecnologia possui um sentido diferente.

¹ A Tecnologia Social é resultado das críticas incorporadas ao movimento da TA durante os anos 80. Para Dagnino, a principal crítica se concentra na divergência em relação à neutralidade da ciência. Para mais ler: Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social (Dagnino et. Al, 2004)



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

A partir do exposto até aqui, nos cabe buscar ideias para desenvolver as questões às quais chegamos. Haesbaert (2020) realiza uma análise acerca do conceito de território e seu desenvolvimento na América Latina. A partir desta, propõe uma tipificação para sistematizar as diferentes ocorrências do conceito (território) útil para se pensar, também, essa proliferação de significados de TS.

Para o autor, “território, para além da mera designação ou do nome que utilizamos, remete a um conceito, ou melhor, mais amplamente, a uma categoria que, como tal, pode ser tratada a partir de três modalidades: categoria da prática, categoria normativa e categoria de análise” (p. 141). Conforme desenvolve,

A primeira, o território como categoria da prática, envolve a concepção de território no senso comum, tal como proposta no cotidiano da maioria dos grupos sociais, próxima daquilo que os antropólogos denominam categoria nativa. Uma segunda leitura, a do território como categoria normativa, é aquela que, mais do que buscar responder à “o que é” o território, desvenda “o que ele deve (ou deveria) ser”. Essa perspectiva aparece, por exemplo, nas chamadas políticas territoriais do Estado. Finalmente, o território pode ser visto como categoria de análise, abordagem prioritária no âmbito acadêmico, em que território se transforma num conceito teórica e metodologicamente elaborado através da reflexão intelectual (*ibidem*, p. 141).

Com base nessa sistemática, podemos perceber que, no presente tópico, lidamos com o conceito de TS na segunda e na terceira modalidade. Isto é, como categoria normativa e como categoria de análise.

É emblemático que o autor cite as políticas públicas do Estado como um âmbito da categoria normativa. A FBB e o ITS, por exemplo, realizam certificação de tecnologias sociais. Trata-se de uma política para TS. Não exatamente pública, mas do Terceiro Setor, que historicamente assume parte das políticas que eram atribuídas ao Estado. Os critérios de certificação são para uma avaliação *a posteriori* das experiências realizadas. TS, assim, é usada como uma expressão normativa (o que é, ou deveria ser) e não analítica. Avalia-se, segundo critérios próprios e, no final, determinado processo recebe



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

a qualificação de TS. As instituições que avaliam, certificam e criam bancos de dados de TS não são as mesmas que constroem e colocam-nas em prática. Não se trata de pôr em questão o valor e a legitimidade dessas práticas, mas de pontuar que, ao menos na aparência, há uma questão de distribuição de poder subjacente, ao determinar o que é e o que não é TS.

Dagnino (2014) chama atenção para esse ponto, ao questionar o uso de TS no plural (como em Lassance Jr e Pedreira; Pena e Mello, 2004). Para este autor, isso dá impressão de um conjunto aleatório de práticas, vinculadas a idiosincrasias locais, que pode ser reunido e disponibilizado para “aplicação” ou “apropriação” de outros atores, em outros contextos.

Analisar esse embate entre as diferentes modalidades do conceito de TS é útil para entrarmos na análise de um dos objetos centrais deste trabalho: metodologias qualificadas como TS. Os usos normativos do conceito de TS incluem metodologias². Entretanto, metodologias não figuram como objeto de TS enquanto categoria analítica.

A ideia de que, ao tratar de TS, estamos também tratando de metodologias de trabalho coletivo, é amplamente difundida. Buscaremos, então, diálogos teóricos para melhor compreender e fundamentar essa perspectiva sobre o conceito. Longe de querer esgotar esse debate e/ou valorar posições, nosso objetivo aqui é reunir pistas para fundamentação teórica e apontamento de limites para tal perspectiva de TS.

No âmbito do atendimento e cuidado médico, Mehry e Feuerwerker (2016) percorrem uma trilha teórica com o conceito de tecnologia útil para pensarmos a questão das metodologias enquanto tecnologias.

² metodologias participativas, multidimensionais e outras.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Destacamos então que a ideia de tecnologia envolve não só os equipamentos/ferramentas/ instrumentos envolvidos na produção, mas também um certo saber tecnológico e um *modus operandi*, que inclusive dão sentido ao que será ou não a “razão instrumental” do equipamento. (*ibidem*, p. 61).

As autoras partem de uma análise marxiana, da oposição dialética entre o trabalho vivo e o trabalho morto e da luta dos trabalhadores pela sua libertação da captura pelo trabalho morto. A partir disso, destacam-se duas dimensões da realização do trabalho vivo, fundamentais para entendermos o trabalho como prática social e prática técnica e “como ato produtivo de objetos e pessoas”.

Uma das dimensões é aquela da atividade criadora de produtos com finalidades específicas (da realização do valor de uso); a outra diz respeito “ao produtor do atos” (*ibidem*, p. 62). Neste processo, os atos do trabalhador representam trabalho vivo, enquanto os instrumentos e a organização do processo de trabalho são trabalho morto.

As autoras, no caso, estão analisando o trabalho médico, onde o trabalho vivo age sobre o trabalho morto pelos atos sucedidos no encontro entre trabalhador (profissionais da saúde) e usuário. De acordo com Gonçalves (1994 apud Mehry e Feuerwerker, 2016, p. 63), os saberes que permitem o profissional apreender seu “objeto” não são unicamente intelectuais, “mas se desdobraram em técnicas materiais e não materiais”.

Nesse momento, as autoras trazem uma distinção fundamental – sobre a qual faremos uma problematização em outro momento do texto – que diz: “Tecnologias materiais seriam os instrumentos de trabalho e as tecnologias imateriais seriam os saberes” (GONÇALVES, 1994 apud MEHRY e FEUERWERKER, 2016, p. 63). Assim, encontramos uma concepção do conceito de tecnologia altamente elástica (quase sobreposta ao de saber), mas que serve à noção de tecnologia como metodologia.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Baseadas nessa análise, as autoras em tela desenvolvem a ideia de que o profissional adota “ferramentas tecnológicas, como saberes e seus desdobramentos materiais e imateriais”, conforme as particularidades de cada prática de atendimento. De acordo com elas, são três os conjuntos de ferramentas acionados na prática.

O primeiro, chamado de tecnologias duras, utiliza o trabalho morto dos equipamentos e o trabalho vivo dos técnicos. Através dele, são manipulados equipamentos como o estetoscópio e o endoscópio. São mobilizados os conhecimentos clínicos e produzidos e manuseados dados físicos e laboratoriais.

O segundo conjunto de ferramentas se processa no contato entre trabalhador e usuário. Além do conhecimento clínico e epidemiológico prévio – caracterizando um tipo de trabalho morto – entra em cena, com o trabalho vivo em ação, uma nova mediação. Ela vem da tensão entre o sujeito médico e o sujeito usuário. O primeiro, portador das ferramentas e do pensamento estruturado, em contato com a alteridade do segundo. Nesse âmbito, podem prevalecer as práticas duras (de natureza estruturada) ou as leves (processos mais suaves, menos estruturados), visto que cada profissional possui as idiossincrasias de sua prática. Mehry e Feuerwerker (2016) denominam as tecnologias envolvidas nesse momento como tecnologias leve-duras.

O terceiro conjunto de ferramentas, o das tecnologias leves, é o âmbito essencialmente relacional da prática médica, território de domínio do trabalho vivo. De acordo com a caracterização das autoras, é onde a tecnologia (em sua concepção imaterial) pode ser compreendida como diálogo entre as singularidades que qualificam os pólos da relação trabalhador-usuário.

Ou seja, é no território das tecnologias leves que a fronteira entre sujeito e objeto no uso das tecnologias é menos rígida. Ou melhor, é nesse território onde a relação técnica é mais dada entre sujeitos, onde o usuário é menos objetificado. É onde



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

a tecnologia – como dimensão da vida, do processo de trabalho como ontologia e produção do ser humano – porta mais possibilidades de processo dialógico e horizontal.

O fundamental, aqui, para nosso objeto de análise (metodologias como TS), é que as autoras fundamentam teoricamente a possibilidade da tecnologia como processo imaterial, relacional, de saberes em prática entre sujeitos, calcada na ideia do trabalho vivo. Compreendemos que esta é uma possibilidade de informar teoricamente a noção de TS como metodologias de trabalho coletivo, em cooperação solidária, onde coabitam diferentes saberes, com diferentes formas de estruturação, diferentes maneiras de conceber problemas e objetivos, diferentes habilidades, formas de desenhar, formas de usar técnicas e ferramentas - gambiarras e saber técnico estruturado formalmente coexistindo e aplicadas no mesmo projeto.

Uma possibilidade de desenvolvimento é pensar as metodologias como tecnologias que amalgamam outras tecnologias e processos dentro de projetos de cooperação solidária, baseados no diálogo entre saberes oriundos de diferentes atores sociais e até, em alguns casos, cosmologias.

Apesar da alternativa de elaboração teórica agora esboçada, devemos salientar ausência de análises acadêmicas que busquem aprofundar a compreensão desse sentido de TS: metodologia.

Tim Ingold (2000), por exemplo, se dedica a uma vasta revisão do conceito de tecnologia. O autor incursiona na filosofia da tecnologia e discute os conceitos de técnica, habilidade, artefatos, tecnologia e mudança tecnológica e, em nenhum momento - nem na elaboração do autor, nem naquelas com as quais dialoga – aparece a palavra metodologia para designar alguma concepção de tecnologia. Os autores relacionados nesta revisão estão sempre pensando em tarefas práticas, ligadas a ferramentas, habilidades (mais psicomotoras do que psicossociais, embora essa



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

distinção seja relativa) e produção material. É necessário certo contorcionismo teórico para vislumbrar alguma pista que ajude a pensar tecnologia como um conjunto de procedimentos interdependentes, realizados coletivamente ou não, e que cumprem sua finalidade sem uma dependência direta das ferramentas ou maquinaria utilizadas.

O ITS (2004), no âmbito das ONGs, realiza exame e sistematização do conceito de TS através de um mapeamento documental e de fóruns de diálogo entre atores que empregam o conceito em suas experiências práticas. Entretanto, apesar da instituição reiterar a ideia de TS como metodologia, não fundamenta isso através de uma discussão conceitual teoricamente situada.

A METODOLOGIA DAS TRÊS FASES

O Banco da Providência (BP) é uma organização social sem fins lucrativos fundada em 1959 por Dom Hélder Câmara. De acordo com a homepage (Banco da Providência, 2022), a instituição recebeu esse nome pois observou que, naquela época, as pessoas mais vulneráveis encontravam sérias dificuldades para acessar os recursos do sistema financeiro. Assim, o BP nasce junto ao slogan “um banco pra chamar de seu”.

Entrevistada 1 (2022) explica que desde sua criação o BP vinha atuando centralmente na linha de assistência. No entanto, com o passar do tempo foi-se observando que as pessoas atendidas continuavam necessitando de auxílio imediato e não superavam a situação de pobreza extrema. Em decorrência ao constante aumento de demanda social e falta de recursos, no final da década de 90 o BP passou por dificuldades financeiras (LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Por isso, em 2002 a equipe do BP realizou um planejamento estratégico baseado na óptica do desenvolvimento gerencial. Esse foi o divisor de águas que deu origem aos



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

primeiros esboços do que viria a ser a MTF. A partir desse momento, a instituição voltou sua centralidade para a capacitação para a geração do trabalho e renda de forma sustentável.

Atualmente, a MTF é um percurso formativo composto por três etapas. A princípio do ano os candidatos se inscrevem e participam do processo de seleção e, uma vez que cumpram os requisitos e estejam dentro do número de vagas disponíveis, efetivam a matrícula no programa.

A partir desse momento se inicia a fase 1. De acordo com Linhares e Pongeluppe (2019) essa fase é composta por 10 encontros direcionados para o desenvolvimento do capital humano e as habilidades sócio-emocionais. De acordo com Entrevistada 1 (2022), ela é extremamente importante para precaver a possível/indesejada evasão nas demais fases. Assim, depois de aprovados na fase 1 e compreendido os objetivos e as premissas do Programa de inclusão socioprodutiva do BP, os beneficiários passam de maneira intencionalizada à fase 2.

A fase 2 é chamada também de fase de capacitação profissional. Segundo o site (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2022), na fase 2 são desenvolvidas as habilidades específicas de cada profissão e as habilidades de gestão. A oferta de cursos pode variar, no entanto, geralmente estão disponíveis diferentes cursos na área da beleza, confecção, gastronomia, informática, construção civil, eletricidade e mecânica. O curso segue o esquema mestre-aprendiz, no qual o cursista aprende observando e praticando (LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Ao concluírem a fase 2, os cursistas interessados em empreender apresentam um plano de negócios. Assim, a fase 3 funciona como um período de experimentação do empreendimento, no qual os beneficiários aprendem sobre educação financeira e mercadológica (LINHARES e PONGELUPPE, 2019). Segundo Entrevistada 1 (2022), os



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

responsáveis pelos planos de negócios mais consistentes são premiados com um recurso semente, também chamado de kits: “a gente faz um investimento de em torno de 1500 reais que são os chamados kits e 100 deles são acompanhados na parceria com o Sebrae”.

Vale dizer, os concluintes da fase 2 que escolhem buscar trabalhos formais, na fase 3 são encaminhados a processos seletivos pela agência de empregabilidade. No entanto, Clarice Linhares reconhece que em 2015 houve um “tombo” na capacidade de absorção da força de trabalho do mercado formal e esse fator forçou um enfoque maior no fomento ao empreendedorismo nos seguintes anos (LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Além disso, Entrevistada 1 (2022) fala sobre a diferença entre outros cursos profissionalizantes e a MTF. Para ela, o BP oferece um programa social completo que abarca diferentes aspectos da vida. Assim, a Agência de Família, nome do programa de inclusão sócio-produtivo do BP, se distingue de outras iniciativas de formação profissional.

Em adição, Linhares e Pongeluppe (2019) destacam a estratégia de busca ativa³ realizada pela equipe do BP. De acordo com Entrevistada 2 (2022), o acolhimento e o apoio são os elementos de maior destaque e diferenciação entre o BP e demais instituições.

Em 2019, ano da 10ª premiação e certificação de Tecnologia Social pela FBB, o Banco da Providência também realizou uma avaliação de impacto em parceria com o

³ Busca ativa é uma estratégia amplamente difundida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Brasil. De acordo com o Ministério de Cidadania, busca ativa refere-se ao ato de localizar, incluir e facilitar o acesso aos benefícios dos programas sociais e serviços públicos. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>>.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

pesquisador Leandro Simões Pongeluppe da Universidade de Toronto. Os resultados foram divulgados no Relatório anual da instituição (Banco da Providência, 2019) e em um seminário organizado pela Casa Firjan (LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Essa avaliação de impacto tinha como objetivo analisar o efeito gerado pela aplicação da MTF nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro que apresentavam deficiências de serviços públicos e eram atendidas pelo BP. Para tal, levou-se em consideração aspectos econômicos e sócio-emocionais relacionados à resiliência, à autoconfiança e ao otimismo (LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Os principais resultados observados em matéria econômica foram a redução dos nem-nem (pessoas que não estudam, nem geram renda) e o aumento significativo da inserção produtiva via (micro) empreendedorismo. Aliás, a pesquisa comprovou que 69% das famílias beneficiárias do programa superaram a situação de pobreza extrema, por tanto, houve aumento dos ganhos reais das famílias participantes. Outro dado importante foi perceber que a renda gerada pelas famílias contribui para a circulação do dinheiro localmente. Além disso, também foi bem avaliado o custo-benefício do programa (BANCO DA PROVIDÊNCIA, 2019; LINHARES e PONGELUPPE, 2019).

Para observar o cenário sócio emocional foram aplicadas ferramentas de análise do discurso. Entre os resultados estão o fortalecimento da autoconfiança e da perspectiva otimista das famílias beneficiadas, em relação ao grupo controle. Outro ponto interessante foi o aumento da noção de estigma social (por serem moradores de favelas) percebido pelas famílias beneficiadas ao se integrarem na dinâmica do mercado de trabalho. Para os elaboradores da pesquisa (Ibid.), esse resultado é fruto do “sair do gueto” e da conscientização das questões sociais durante as fases do programa.

Por fim, nota-se que existe um desejo da instituição de que a MTF ganhe escala e se torne uma política pública (LINHARES e PONGELUPPE, 2019). Entrevistada 1 (2022)



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

aponta que a metodologia já foi replicada em um programa social do governo de São Paulo e serviu de base para uma política pública do governo do estado do Rio de Janeiro.

PRÊMIO FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DE TECNOLOGIA SOCIAL

Para começar, a FBB é considerada o braço social do Banco do Brasil. Desse modo, ela foi instituída com o objetivo de contribuir para a transformação social e para o desenvolvimento sustentável do país (Sobre nós, 2022). De acordo com o estatuto da fundação (2021), a FBB não apresenta fins lucrativos e se faz valer de autonomia administrativa e financeira.

A ideia da criação da FBB surgiu em 1985, no entanto, somente em 1988 ela começa efetivamente a operar. De lá para cá, a fundação já atualizou sua estratégia e foco de atuação diversas vezes. Nos primeiros anos de vida, a FBB idealizou e executou programas sociais próprios. A partir dos anos 2000 a FBB se consolidou como gestora de programas já estruturados. Assim, ela passa a apoiar e financiar projetos de instituições parceiras e potencializar seu papel como articuladora social. É nesse contexto, que surge o PFBBS e o Banco de Tecnologias Sociais (BTS) ⁴(Nossa história, 2022).

Assim sendo, o PFBBS tem como objetivo identificar, certificar, premiar e difundir experiências de tecnologias sociais já aplicadas. Logo, o prêmio é o instrumento de identificação de TS que possibilita a criação do BTS. De acordo com a FBB, a premiação vem “consolidando, cada vez mais, a temática de Tecnologia Social no país” (PFBBS, 2022).

⁴ De acordo com o site oficial, o BTS é “um cadastro de soluções inovadoras para problemas sociais em áreas diversificadas. Com a criação do BTS, a Fundação assumiu como diretriz a disseminação de conhecimento e experiências geradoras de transformação social positiva”.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

De acordo com o regulamento da premiação do ano de 2019, na 10ª edição a categoria nacional apresentava 4 subcategorias: cidades sustentáveis e inovação digital; geração de renda; meio ambiente; e educação, na qual o BP concorreu.

Em relação às etapas da premiação, há três escalões. A comissão de certificação, composta por técnicos da FBB, é responsável pela análise das inscrições realizadas. Após aprovadas para a certificação e incluídas no BTS, a comissão de Seleção de Finalistas, composta por representantes da FBB e especialistas convidados, realiza uma triagem das experiências que passarão à terceira etapa do processo. Então, a comissão de Julgamento das Vencedoras, composta pelo(a) presidente da FBB e outros especialistas, é quem define as três instituições ganhadoras do prêmio.

Aqui vale uma ressalva ao critério de reaplicação. Essa ideia aparece em diversos documentos da FBB e trechos do regulamento do PFBBS com certa relevância e peso. Segundo uma nota de rodapé do regulamento da premiação, reaplicação é

Processo por meio do qual se estabelece uma relação de troca de conhecimentos populares e científicos visando à apropriação e recriação da tecnologia social, utilizando metodologias participativas. Presume, necessariamente, atividades de mobilização, sensibilização, educação, formação e adequação da tecnologia social às especificidades locais. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2019)

Também, Entrevistada 1 (2022) reconheceu durante a entrevista a importância desse critério. Ela enfatizou a viabilidade econômica e técnica da metodologia das três fases para a “reaplicação” em outras instituições e programas sociais. Para ela, a sistematização de um manual, a facilidade de transmissão da metodologia e o aprimoramento da gestão financeira da instituição foram chaves para o cumprimento do critério de reaplicação do PFBBS.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Aparentemente, o termo “replicação” e “reaplicação” aparecem no discurso oral como sinônimos e provavelmente essa questão passa despercebida. No entanto, Lassance Jr e Pedreira (2004), dão luz a uma diferenciação conceitual que julgam importante para viabilizar TSs em “escala e profundidade”. Segundo os autores, sem um padrão tecnológico é impossível disseminar qualquer TS, por isso afirmam a importância da sistematização e manualização das experiências. No entanto, nenhuma TS funcionará ou terá a mesma viabilidade em todos os locais. Nesse sentido, os autores defendem que a “reaplicação” dá a ideia de um modelo tecnológico flexível, capaz de se adaptar de maneira inteligente.

A partir do que foi observado, a MTF alcançou a etapa de certificação e foi incluída permanentemente do BTS. O BP recebeu seu certificado definitivo de TS em julho de 2019. Para Entrevistada 1 (2022), a certificação dá certa legitimidade para a instituição e reconhece a relevância do programa de inclusão socioprodutiva do BP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para começar, é notável que o BP vem buscando ao longo dos anos o reconhecimento institucional e a comprovação da efetividade da MTF. Além de terem sido certificados como Tecnologia Social pela FBB, o BP já ganhou inúmeras vezes o Prêmio Melhores Ongs e em 2022 foi premiado pelo Movimento LED. Ademais, o BP busca agora o reconhecimento internacional por meio de instituições como a ONU.

De acordo com Lassance e Pedreira (2004), essa movimentação é importante no processo de TSs se conformarem enquanto políticas públicas (já anunciado como perspectiva do BP para a MTF). Para eles, premiações desses tipos conferem “status de excelência” às experiências de TSs e demonstram um tipo de viabilidade política e social para que a tecnologia social possa ganhar “escala e profundidade”.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Também, já foi visto que a MTF foi certificada pela FBB como TS por se tratar de uma metodologia voltada para a inclusão socioproductiva e com um grau desejável de sistematização e comprovação da experiência. Em contrapartida, identificamos 2 itens nos critérios de certificação do PFBBS que merecem um tratamento mais cuidadoso.

De acordo com o regulamento do PFBBS (2019), as TSs certificadas precisam apresentar interação com a comunidade na concepção ou na reaplicação. Também, precisam respeitar o protagonismo social e a solidariedade econômica. Ademais, a partir da preocupação em dar viabilidade em escala para as TSs, Lassance e Pedreira (2004) reforçam a importância de que essas experiências estejam articuladas com movimentos populares para dar sustentação e continuidade ao uso da tecnologia social.

Vale dizer, tanto esses dois critérios assinalados do PFBBS, quanto esse apontamento dos autores (Lassance Jr e Pedreira, 2004) são pouco definidos e um tanto ambíguos. No caso estudado, por se tratar de uma metodologia aplicada por uma instituição, não há interação direta com a comunidade no processo de concepção ou reaplicação, visto que quando reaplicada, a metodologia é executada por outras instituições externas ao público-alvo.

Dando continuidade, outra observação diz respeito ao fato do BP não acionar o conceito de Tecnologia Social antes de participar do PFBBS. Isso mostra como a premiação de fato contribui na difusão do conceito de TS e de práticas de inovação social⁵, fornecendo uma categoria descritiva e normativa para experiências variadas.

⁵ Em Dagnino (et. al, 2004) inovação social faz referência ao conhecimento incorporado por pessoas ou equipamentos para aumentar a satisfação das necessidades sociais e está ligado ao movimento de superação da TA. Monteiro (2019), apresenta três abordagens diferentes de inovação social (modernização de políticas públicas; empreendedorismo; e democracia) e conclui ser um conceito em construção.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Assim, chega-se a um paradoxo. Por um lado, a FBB capilariza o debate sobre Tecnologia Social por meio da PFBPTS, fazendo uso de uma perspectiva normativa do conceito de TS. Por outro lado, ao adotar esta versão abrangente do conceito, exclui aspectos de radicalidade. Entre estes, a crítica ao atual modelo de desenvolvimento tecnológico, a defesa dos princípios da autogestão e o estímulo à economia solidária.

Logo, se colocam certos limites e potencialidades entre a categoria analítica e a categoria descritiva/normativa da TS. Primeiro, a categoria analítica apresenta maior rigor científico e está ligada ao campo de estudo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e TCT. Ela também apresenta preocupação e interesse em promover transformações estruturais da sociedade. Todavia, a segunda categoria é mais abrangente. Ela aparece com frequência na produção do terceiro setor e políticas públicas, preocupada centralmente com a inclusão social, e por isso realiza críticas de cunho estrutural apenas pontualmente. No entanto, ela também oportuniza experiências concretas de TS e, como visto, populariza o conceito. Nesse sentido, dependendo da postura e do horizonte da FBB, essa instituição pode favorecer soluções para “problemas estruturais” (PENA e MELLO, 2004) ou endossar perspectivas assistencialistas.

Cabe ressaltar que sempre haverá disputa política e conceitual em torno da TS, assim como ocorre com outros conceitos (desenvolvimento sustentável, agroecologia, agricultura familiar, p. ex.), em suas polissemias. Constatamos, na feitura deste artigo, a carência de análises e sistematizações teoricamente situadas sobre as emergências do conceito de TS. Assim, este artigo propõe uma trilha teórico-analítica para informar o debate - ainda inicial e inconcluso - sobre as emergências do conceito TS, sobretudo enquanto metodologia; ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de ampliação deste tipo de estudo.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

REFERÊNCIAS

ALVEAR, Celso Alexandre Souza. Portais comunitários web: desenvolvimento de novas metodologias, adequação sócio-técnica de ferramentas, formação de redes multidisciplinares e limites. **III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. Curitiba: Paraná, 2009.**

Banco da Providência. Projetos. Disponível em: <<https://www.bancodaprovidencia.org.br/projetos>>. Acessado em: 19 de Jul. de 2022

Banco da Providência. Quem somos. Disponível em: <<https://www.bancodaprovidencia.org.br/quemsomos>>. Acessado em: 18 de Jul. de 2022

Banco da Providência. Relatório anual de 2019. Disponível em: <<https://issuu.com/bancodaprovidencia/docs/relatorio-bp2019-web>>. Acessado em: 18 de Jul. de 2022.

COSTA, Adriano Borges. Tecnologia social e políticas públicas. **São Paulo: Instituto Pólis e Fundação Banco do Brasil, 2013.**

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento social. **Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.**

DAGNINO, Renato. BRANDÃO, Flávio Cruvinel. NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento social. **Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.**

DAGNINO, Renato. Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas. Cap. 1, 5, 6 e 9. Volume 2. **Florianópolis; Editora Insular, 2014.**

Entrevistada 1. [Entrevista concedida a Adriano Forigo e Bianca Campos]. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1VPteF2XL1uBgSbhnwxQ2PUikgrLTBqCdKjcfRKTiMI/edit>>. 30 de mai. de 2022.

Entrevistada 2. [Entrevista concedida a Bianca Campos e Licia Galdino]. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1eY0nISixB3pq1BuZoJgZaFyZBr3Nc6Z_wLSuPlQAvQ/edit?usp=sharing>. 27 de jul. de 2022.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Estatuto da Fundação Banco do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/images/Sobre_nos/005_Governanca/2021/Estatuto_da_Fun



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

[da%C3%A7%C3%A3o BB - In%C3%ADcio Vig%C3%Aancia 20.12.2021 - Diagramado.pdf? t=1640629788](#)>. Acessado em: 5 de agosto de 2022.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Nossa História. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/nossa-historia>>. Acessado em: 05 de agosto de 2022.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Sobre nós. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/pt-br/menu-pt-br/sobre-nos>>. Acessado em: 05 de agosto de 2022

FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 10ª edição. Regulamento. 2019

PRÊMIO FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DE TECNOLOGIA SOCIAL. Início. Disponível em: <<https://www.premiofundacaobb.com.br/>>. Acessado em: 05 de agosto de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território(s) numa perspectiva latino-americana**. Journal of Latin American Geography, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 141-151 (Article). Published by University of Texas Press, 2020.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge, 2000.

ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. **São Paulo: ITS. 2004: 26**

LASSANCE JR, Antonio E. PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento social. **Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.**

LINHARES, Clarice. PONGELUPPE, Leandro Simões. Empreendedorismo na base da pirâmide: inovação social, colaboração e desafios. **Rio de Janeiro: Casa FIRJAN, 2019.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PNT2i9qjrMQ&t=5938s>>. Acessado em: 20 de Jul. de 2022

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. Ed. **São Paulo - SP: Atlas, 2009.**

MEHRY, E.E.; FEUERWERKER, L.C.M. **Novo olhar sobre as tecnologias da saúde: uma necessidade contemporânea**. In: MEHRY, E.E. et al (orgs.) Avaliação compartilhada do cuidado em saúde. Surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Hexis, 2016, 59-72.

MONTEIRO, Alcides. O que é a inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62(3):e20170009, 2019.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

OTERO, Martina Rillo. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento social. **Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.**

PENA, Jacques de Oliveira. MELLO, Claiton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento social. **Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.**

Rede de Tecnologia Social - RTS. **Relatório de 6 anos da RTS** - abril de 2005 a maio de 2011. Sem data. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://fbb.org.br/pt-br/?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=29&id=109&Itemid=1000000000000